INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

HERYCA KALIANA LIMA LEMES
THATIANY DOS SANTOS SILVA

PROPOSTA DE UMA AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA
2020

HERYCA KALIANA LIMA LEMES
THATIANY DOS SANTOS SILVA

PROPOSTA DE UMA AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA- Campus Conceição do Araguaia. Como requisito para a obtenção de Grau em Tecnologia em Gestão Ambienta.

Orientadora: Profª. Ma. Michele Rocha Sobral Ribeiro

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA
2020

FICHA CATALOGRAFICA

HERYCA KALIANA LIMA LEMES
THATIANY DOS SANTOS SILVA

PROPOSTA DE UMA AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL NAS QUESTÕES AMBIENTAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA- Campus Conceição do Araguaia. Como requisito para a obtenção de Grau em Tecnologia em Gestão Ambienta.

Orientadora: Profª Ma. Michele Rocha Sobral Ribeiro

Data de defesa: 03 de Novembro de 2020
Conceito: _____

Michele Rocha Sobral Ribeiro:80596185120
Digitally signed by Michele Rocha Sobral Ribeiro:80596185120
DN: cn=Michele Rocha Sobral Ribeiro:80596185120, ou=IFPA - Instituto Federal do Para, o=ICPEdu
Date: 2021.05.11 23:50:11 -03'00'

Orientadora: Profª Ma. Michele Rocha Sobral Ribeiro

Nellyana Borges dos Santos
Assinado de forma digital por Nellyana Borges dos Santos
DN: cn=Nellyana Borges dos Santos, o=Instituto Federal do Pará, ou=Conceição do Araguaia, email=nellyana.borges@ifpa.edu.br, c=BR
Dados: 2021.05.11 13:44:38 -03'00'

Avaliadora: Profª Nellyana Borges dos Santos

Helca Oliveira Pereira:01574006118
Assinado de forma digital por Helca Oliveira Pereira:01574006118
Dados: 2021.03.04 22:55:11 -03'00'

Avaliadora: Profª Helca Oliveira Pereira

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em nossa trajetória de vida, pois através da fé foi possível ultrapassar os desafios e alcançar o sonho;
E aos nossos pais Ana Lucia Lima Lemes, Geraldo Donizete Lemes, Beijamim Mendes da Silva e Diana Gomes dos Santos Silva que direto ou indiretamente torceram por nós em todas as etapas de nossas vidas em especial em nossa formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais Beijamim Meneses e Diana Gomes que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória, mesmo a distância se mantiveram presente.

Sou grato à minha família daqui da cidade pelo apoio que sempre me deram durante essa jornada, a minha avó Anaides e minha tia Elda que me receberam em sua casa.

Deixo um agradecimento especial a nossa orientadora Michele Rocha pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao nosso projeto de pesquisa, sempre pronta para tirar as duvidas e ter me aceito como uma orientanda e monitora.

A todos os meus amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo.

Também agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Pará *Campus* Conceição do Araguaia e aos seus docentes que nos incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica.

Thatiany dos Santos Silva

Agradeço primeiramente ao meu maravilhoso Deus por me proporcionar a realização de mais essa etapa.

Em especial, agradeço ao meu pai Geraldo Donizete Lemes e minha mãe Ana Lucia Lima Lemes que incansavelmente sempre estiveram ao meu lado e nunca mediram esforços para estar me auxiliando em tudo que eu preciso razão maior do meu existir e motivo de todas as minhas ações, agradeço por entender minha ausência.

Agradeço também a minha irmã Laura Karina Lima Lemes por acreditar no meu potencial até mais que eu mesma, acompanhando as minhas loucuras, mesmo correndo o risco de não alcançar os objetivos desejados.

À minha tia Matilde Silva Lemes e minha prima Graciele Silva Lemes que por diversas vezes me ajudaram nessa caminha, inclusive me recebendo em sua casa, e aos meus parentes e amigos que me apoiaram de forma direta ou indireta.

De forma simples e singela quero agradecer a minha parceira de TCC, Thatiany, por me suportar durante esse tempo todo sem surtar comigo, incentivar e me ajudar de varias formas – obrigada pela amizade louca.

Aos mestres, em especial a minha orientadora Michele Rocha por contribuir e enriquecer de forma significativa para o meu crescimento profissional.

Meus agradecimentos também vão para meus colegas de turma, obrigado pela amizade de cada um.

E a todos que me apoiaram amigos ou não, muito obrigada.

Heryca Kaliana Lima Lemes

Para a ganância toda a natureza é insuficiente.
``seneca´´

Tudo posso naquele que me fortalece.
``filipenses´´

RESUMO

O trabalho de pesquisa teve como principal objetivo referenciar através da literatura a importância da adequação das normas de inclusão social de pessoas surdas no ensino de Educação Ambiental, em âmbito educacional e tentar verificar o grau de acessibilidade dessas pessoas voltada a sensibilização e conscientização dos mesmos sobre as questões ambientais inclusiva. Diante do contexto socioambiental em que vivemos, marcado por uma série de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais que muitas vezes são sinônimos de uma era de grande distância entre o homem e a natureza, a participação, o diálogo e a integração são caminhos para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Parafraseando o contexto acima, esse trabalho está caracterizado através do método bibliográfico, pois tentamos explicar e discutir a temática da inclusão social nas questões ambientais para as pessoas com deficiência auditiva no município de Conceição do Araguaia, no estado do Pará, num período de aproximadamente de um ano, sendo desenvolvida entre os meses de Agosto de 2019 a Outubro de 2020. Logo, identificamos que as pessoas possuem necessidades educacionais precisam de profissionais capacitados para tentar desenvolver propostas e correlacionar com as temáticas ambientais, combinar elementos visuais para que ocorra uma determinada comunicação com essas pessoas com necessidades especiais, nos como profissionais da área da educação ambiental precisamos levar em consideração as suas limitações e nos tornar agentes participativos e transformadores de opiniões, criticas e formadores de saberes.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão Social. Educação Ambiental. Contexto Socioambiental.

ABSTRACT

The research work had as main objective to refer through the literature the importance of the adequacy of the norms of social inclusion of deaf people in the teaching of Environmental Education, in educational scope and to try to verify the degree of accessibility of these people aimed at their sensitization and awareness inclusive environmental issues. Given the socio-environmental context in which we live, marked by a series of political, economic, technological, cultural and social changes that are often synonymous with an era of great distance between man and nature, participation, dialogue and integration are ways to build more just and sustainable societies. To paraphrase the above context, this work is characterized by the bibliographic method, as we try to explain and discuss the theme of social inclusion in environmental issues for people with hearing impairment in the municipality of Conceição do Araguaia, in the state of Pará, in a period of approximately one year, being developed between the months of August 2019 to October 2020. Therefore, we identified that people have educational needs and trained professionals to try to develop proposals and correlate with environmental themes, combining visual elements so that a certain communication occurs with these people with special needs, as professionals in the field of environmental education, we need to take into account their limitations and become participatory agents and transformers of opinions and criticisms.

KEY WORDS: Social Inclusion. Environmental education. Socioenvironmental Context.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EA – Educação Ambiental

INEAS – Instituto Estadual do Ambiente

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	13
1.1	**OBJETIVOS**	13
1.1.1	Objetivo geral	13
1.1.2	Objetivos específicos	13
2	**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE**	15
3	**HOMEM X MEIO AMBIENTE**	20
4	**IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS**	23
5	**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SURDO**	27
6	**METODOLOGIA**	33
7	**POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PPC**	33
8	**PROPOSTA DE AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL VOLTADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**	37
7	**CONCLUSÃO**	38
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em recursos naturais, com múltiplos ecossistemas internos, além de possuir em seu território a maior parte da floresta amazônica, normalmente chamada de “pulmão mundial”, que garantem interesses comuns. Quando usado por humanos, todos têm a responsabilidade de proteger e cuidar do meio ambiente.

Como um dos meios para a garantia desse direito, a educação ambiental está inserida no artigo 225, parágrafos 1º e 6º, da Constituição Federal, ou seja, os sindicatos têm a responsabilidade de promover a educação ambiental e defender a consciência pública de todas as pessoas levando sempre em consideração o seu ambiente a nível de ensino. De modo geral, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (LEI 9.795/1999 - POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL).

A preocupação com o entendimento do desenvolvimento sustentável para pessoas com deficiência auditiva representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam?

Parafraseando acima a lei sobre Politica Nacional de Educação Ambiental, é de extrema importancia verificar o grau de preocupação em relação ao entendimento sobre o desenvolvimento sustentável para as pessoas que possui deficiencia auditiva e como vem ocorrendo essa representatividade afim de garantir mudanças tanto positivas quanto negativas afim de nao comprometer sua compreensão e entendimento acerca dessa temática.

Contudo é importante salientar que no artigo 225, parágrafos 1º e 6º da Constituição Brasileira, diz que para a proteção desse direito ao meio ambiente, o poder público é responsável por promover a educação ambiental para todos, conscientizando as pessoas sobre a proteção do meio ambiente e seus benefícios. Nota-ser que “a educação ambiental é entendida como o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e habilidades para o meio ambiente (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795 / 99, artigo 7. 01)

De acordo com Luz et al., (2016), em sua pesquisa os mesmo tentam

incorporar a educação ambiental à educação dos deficientes auditivos, fundamental para a conscientização dos surdos, ampliando suas ações de proteção ao meio ambiente, promovendo a educação inclusiva e preconizando o pensamento crítico importante e fazer com que os mesmos tentem relacionaro com o meio em que vivem.

Nota-se que esse trabalho está dividido em Cinco (5) capitulos, sendo o Primeiro sobre a importancia da Educação Ambiental na Sociedade, o segundo sobre o Homem x Meio Ambiente, terceiro voltado sobre a importancia da Inclusão nas Questões Ambientais, o quarto frisando sobre a Educação Ambiental dos Surdos, e o quinto capitulo traz a metodologia desenvolvida nesta pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo dessa pesquisa foi propor uma ação de inclusão social dentro do contexto das questões ambientais para as pessoas que possui deficiencia auditiva no Instituto Federal do Pará, localizado no municipio de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Buscar na literatura a importancia de adequar as normas de inclução social de pessoas surdas no ensino de Educação Ambiental em âmbito educacional;
- ✓ Verificar o grau de acessibilidade dessas pessoas voltada a sensibilização e conscientização dos mesmos sobre a educação ambiental inclusiva.
- ✓ Informar os meios de metodologias adotadas no processo de sensibilização para as pessoas com deficiência auditiva em meio a educação ambiental inclusiva.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE

Na atual conjuntura contemporânea, a educação ambiental é tema de discussão mundial. No entanto, é preciso falar sobre o caminho percorrido para que essa disciplina seja um dos cursos mais importantes da atualidade.

Observa-se que Forrechi (2019), afirma que a influência do homem no ambiente em que vive é tão relevante, que ao mesmo tempo em que o mesmo é capaz de destruir/prejudicar, também é capaz de preservar, recuperar, cuidar. Para o autor, os principais problemas ambientais vêm do desenvolvimento da indústria (produção em massa), do progresso tecnológico (trazendo o conceito de uso único), do crescimento populacional e da urbanização (necessidade de ampliar o espaço de vida para mais pessoas causando assim danos ambientais em massa).

Portanto, no que se refere à industrialização e mecanização da agricultura, o uso massivo de agrotóxicos e o aumento maciço da população dos centros urbanos têm intensificado o desenvolvimento dos recursos naturais e adquirido outras características. A demanda global por recursos naturais decorre de formas econômicas baseadas na produção e consumo em massa. “A exploração da natureza hoje, é responsável por parte da administração dos recursos naturais, fazendo com que haja um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos” (BRASIL, 1997, p.19).

Nota-se que “os avanços tecnológicos viabilizaram formas de produção de bens com consequência indesejáveis que se agravam com igual rapidez, como a exploração dos recursos naturais intensamente, de forma a pôr em risco a revogabilidade da mesma” (BRASIL, 1997, p, 19). E “com o desenvolvimento provocou efeitos negativos mais graves, começaram a surgir movimentos e manifestações em busca da reflexão sobre o perigo que a humanidade estava correndo por afetar de forma tão violenta o meio ambiente em que viviam” (BRASIL, 1997, p. 19).

Em meados do século XX, aproximava-se do conhecimento científico da ecologia e proporcionava um movimento ambientalista com base na proteção de algumas regiões e ecossistemas, que até então não haviam sido modificados pelo homem. Logo após a Segunda Guerra Mundial, reforçou a percepção das pessoas de que a sociedade está levando o crescimento à exaustão, os recursos necessários para sua própria sobrevivência são reduzidos ou inviáveis e a vida depende inteiramente do progresso da ciência e da tecnologia.

Assim, Forrechi (2019) afirma que foram a partir das mudanças acima citadas que também iniciaram os estudos e reuniões governamentais para discutir a necessidade de cuidar do ambiente, de promover educação ambiental. Então, em 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, capital da Suécia, com o objetivo de defender o meio ambiente, conscientizar as pessoas sobre a necessidade de cuidar e melhorar sua relação com o meio ambiente, de forma a satisfazer as gerações futuras sem colocar em risco as gerações futuras. Participou da discussão mais de 400 instituições governamentais e não governamentais, com a presença de 113 países. A referida Conferência foi de suma importância para controlar o uso dos recursos naturais pelo homem, e abordar que alguns recursos não são renováveis, e uma vez removidos, acarreta lacunas irreversíveis, cujas consequências serão sentidas posteriormente, pela população.

Segundo Ferrechi (2019), outros eventos relevantes referentes ao meio ambiente foram: em 1975, o Congresso de Belgrado, que formulou princípios para implantação de um programa internacional de Educação Ambiental; e em 1977 ocorre a Conferencia de Tbilisi, na qual foram apresentados os primeiros trabalhos sobre os impactos ambientais e resultou num documento com 44 recomendações para que as nações promovessem Educação Ambiental.

Em 1987, a Conferência Internacional da UNESCO - Conferência do PNUMA sobre Educação Ambiental e Treinamento foi realizada em Moscou. Na conferência, os países apresentaram um relatório sobre o progresso da educação ambiental e promoveram A avaliação do progresso desde então revisou os princípios da educação ambiental e enfatizou a importância e a necessidade da pesquisa e do treinamento em educação ambiental.

Em 1992, as Nações Unidas realizaram a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Rio de Janeiro. Assim, 179 países participaram da Conferência Rio 92 e assinaram a “Agenda 21.” O documento enfatizava a necessidade de formular novos padrões para o desenvolvimento sustentável e a esperança de mudanças no século XXI.

A "Agenda 21" inclui a estratégia de desenvolvimento sustentável proposta, que é dividida em quatro partes: aspectos sociais e econômicos, conservação e gestão dos recursos de desenvolvimento, fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e meios de implementação. Logo após a entrada em vigor do "Protocolo de Kyoto", o protocolo foi elaborado durante a terceira parte da reunião realizada em

Kyoto, no Japão, em 1997, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Entre os meses de agosto a setembro de 2002, as Nações Unidas realizaram a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) em Joanesburgo, África do Sul, com o objetivo de sintetizar as lições aprendidas e os resultados reais alcançados. Participou de acordos firmados entre cerca de 92 Rio de Janeiro (1992) e cerca de 180 países.

A Rio+10 foi uma conferência que pretendeu buscar um consenso na avaliação geral das condições atuais e nas prioridades para ações futuras. As decisões foram dirigidas a reforçar compromissos de todas as partes para que os objetivos da Agenda 21 sejam alcançados. Uma agenda bem definida irá encorajar discussões sobre descobertas no setor ambiental (floresta, oceano, clima, energia, água potável, etc) e nas áreas de Economia, novas tecnologias e globalização.

Em seguida veio a Rio+20, que aconteceu no Rio de janeiro, por volta de junho de 2012, A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Reuniram-se chefes de Estado e de Governo, ativistas ambientais, cientistas e representantes de mais de 150 países, trabalharão dois temas principais: “A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”, e a “Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Parte da discussão da conferência abordou a união das metas de preservação do meio ambiente com as necessidades contínuas de progresso econômico, isto é, progredir sem agredir o meio ambiente.

Para Dias (2006) as mudanças ambientais perturbadoras já existem e podem ser transformadas por mudanças climáticas profundas, perda de solo fértil, perda de florestas e animais, o surgimento de novas doenças, perda de qualidade de vida e redução do tempo. Consequentemente, nota-se a perda da qualidade de vida, de tal forma disseminada por todo o mundo.

> Essa perda se traduz de forma diferenciada entre os diversos povos, grupos sociais e pessoas: vai desde a perda de uma cachoeira de água potável a um riacho que sumiu; de um recanto destruído à violência dos assaltos e do desemprego; do empobrecimento estético à erosão cultural; da insensatez das guerras à arrogância e ganância que as geram (DIAS, 2006, p. 15).

De acordo com dias, a Industrialização, globalização, mundo capitalista, consumismo, países subdesenvolvidos, comunidades sem estrutura adequada, essas comunidades carecem de todas as alternativas para estabelecer uma vida saudável e

conviver com a natureza, todas essas situações contribuem para a crise ambiental.

Dias (2006), afirma que o enfrentamento desses desafios requer novas ferramentas teóricas, novas práticas, bem como o resgate de valores e a criação de novos, sintonizados com uma ética global. A maioria de suas práticas, ainda mostram uma visão egocêntrica, subdividida e inoperacional dos reais desafios socioambientais da sociedade.

Portanto, a educação ambiental deve ser inserida na sociedade e transformada em sinônimo de cidadania, devendo ser uma nova consciência para todos os cidadãos do planeta. Seja na escola, na rua, no trabalho ou em casa, a educação ambiental deve ser aplicada todos os dias. A educação pode cumprir a tarefa de garantir que todas as pessoas tenham o direito a um meio ambiente saudável.

Neste sentido, Brasil (1997) enfatiza que a perspectiva ambiental, consiste em olhar para o mundo na qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos vários elementos na constituição e manutenção da vida.

> Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade; assim educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999, p. 1).

A educação ambiental é um processo contínuo, por meio desse processo os alunos podem obter conhecimentos e informações relacionadas às questões ambientais e, gradativamente, entender como elas se tornam prejudiciais ou benéficas ao meio ambiente, podendo interferir diretamente na deterioração do meio ambiente e do meio ambiente. proteção.

Ressalta-se que a educação ambiental é um programa por meio do qual os alunos podem começar a adquirir conhecimentos sobre as questões ambientais e, assim, passar a ter uma nova compreensão do meio ambiente, tornando-se um agente amplificador relacionado à defesa ambiental.

O direito ambiental é considerado um dos mais modernos ramos do direito e é multidisciplinar, pois utiliza instituições de direito penal, civil e administrativo para a efetivação de suas normas. Tem como objetivo regular a relação entre as pessoas e seus meios de produção e a natureza, de forma a manter o equilíbrio nessa relação,

roporcionar sustentabilidade ao desenvolvimento e minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente.

Além de seus princípios e objetivos, a importância da educação ambiental está na atuação consciente dos cidadãos. Portanto, seu objetivo é incrementar as práticas sustentáveis, reduzir os danos ao meio ambiente e promover mudanças comportamentais consideradas prejudiciais ao meio ambiente e à sociedade. No ambiente escolar, isso é muito importante, pois as crianças aprendem desde cedo a lidar com o desenvolvimento sustentável.

A Política Nacional de Educação Ambiental é regida pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que os conteúdos englobam: conceito, objetivos, princípios, atuação e sua relação com a educação.

> A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sistemas, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da união, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL,1999, p. 02).

No dia a dia da sociedade, cada vez mais se questionam o meio ambiente, porém, diante do processo educativo, principalmente na aprendizagem inicial no ambiente escolar, a educação ambiental é muito importante, pois as crianças aprendem mais facilmente com eles do que os adultos.

Segundo Medeiros *et al.* (2011) com o mundo cada vez mais globalizado, com a sociedade tão violenta e com o acelerado crescimento das cidades que substituem os espaços verdes pelo concreto, vem diminuindo o contato direto da criança com todos os elementos da natureza.

Relacionado a esse padrão mundial, em uma sociedade agressiva, o crescimento populacional é irrestrito, eventualmente substitui o espaço verde, e a estrutura de concreto acaba levando ao contato direto das crianças com a natureza.

Quando as crianças começam a restringir o contato com a natureza, elas começam a prender brinquedos eletrônicos, telefones celulares, tablets e computadores em casa. Preso em um mundo virtual, perdeu contato com a terra. Pergunta que terra é sinônimo de solo. Não há ideia de que a terra é o fundamento da vida.

Porém, é necessário que os professores sejam os mediadores dessa proposta educacional e realizem ações práticas no cotidiano, a fim de permitir que os alunos reflitam e conheçam seus alunos. Por isso, é necessário preparar o corpo docente das

faculdades e universidades para lidar com este desafio, educá-los de forma interessante e reconhecer o valor de proteger e proteger o meio ambiente.

O surdo tem um papel importante como ser humano e como participante social, pois vai garantir que as informações sobre o cuidado com o meio ambiente sejam disseminadas para outras pessoas com a mesma deficiência, para que todos possam aproveitar a importância do meio ambiente para a biologia para que se cumpra como cidadão o dever de cuidar e proteger o meio ambiente.

3 HOMEM X MEIO AMBIENTE

De acordo com Sparemberguer e Silva (2005) a história da humanidade se confunde com a degradação da natureza, isso porque a mesma acredita que o homem é sinônimo de destruição ambiental, desde os tempos remotos o ser humano tira seus proveitos do meio sem pensar nas consequências.

Já Pereira e Curi (2012) afirmam que esse uso irrestrito dos recursos naturais tem causado muitos problemas ambientais, a começar pelo surgimento da agricultura, a simplificação da agricultura e o crescimento populacional de moradias fixas, ou seja, o surgimento da primeira cidade, quando as pessoas se autodenominam superiores, esta Isso se intensificoue e que naturalmente, tente modificá-lo conforme necessário.

Atualmente, os alunos em idade escolar fazem parte do currículo de formação em ciências naturais, portanto, se bem educados, podem se tornar cidadãos desde cedo e conhecer seu comportamento e as questões relacionadas ao lixo urbano e seu descarte e qualidade. Poluição e questões de poluição.

O BNCC destacou: “Os componentes curriculares no campo do conhecimento das ciências naturais devem ser capazes de construir uma base de conhecimento contextual, que envolva discussões sobre temas como energia, saúde, meio ambiente, tecnologia, educação do consumidor e sustentabilidade.” Em outras palavras, a escola tem responsabilidade de realizar uma boa educação ambiental aos alunos.

O fato é que o marco histórico na aceleração do processo de degradação ambiental é a Revolução Industrial. Durante a Revolução Industrial, mais gente começou a ficar no lugar. Esse crescimento deixou a natureza despreparada para se recuperar de tal agressão, que não só destruiu o meio ambiente, também prejudica a saúde e a qualidade de vida.

A relação homem/natureza não vem sendo demostrada de forma igual há tempos (CORTEZ, 2011), a ideia de que ele faz sobre o meio ambiente vem estando em frequente transformação e desenvolvimento (MANTOVANI, 2009). Segundo Oliveira (2015) no início da humanidade as atividades exercidas eram todas de forma orgânica, onde o ser humano respeitava o tempo da natureza e assim viviam em harmonia perfeita.

Por algum tempo, os humanos perceberam que se continuarem a causar danos ao meio ambiente, eles podem controlar sua própria espécie. Os benefícios e facilidades trazidos pela Revolução Industrial não são novidade. Isso é bom, mas leva ao nosso consumismo desenfreado, que leva a mais e mais desperdícios no meio ambiente do que ele pode pagar.

Sparemberguer e Silva (2005) asseguram que o problema ambiental só começou a ser enfrentado depois do segundo pós guerra, por volta de 1939 a 1945 no século XX, e essa atitude de resolver essa questão partiu das organizações não governamentais (ONG's), com um discurso afim de conscientizar a população da época sobre a importância de se preservar a natureza.

O rápido desenvolvimento das cidades, a construção de prédios e edifícios, a pavimentação de ruas e o crescimento mais rápido da população, tudo isso afeta diretamente as características do nosso meio ambiente. Melazo (2005), descreve que a sociedade tem que ser observada como se fosse um ser vivo, com todos os órgãos em perfeito funcionamento, e que o agente responsável pelo equilíbrio disso tudo é o homem com suas ações.

Viveros (2012) ressalta que todo o avanço da sociedade para o desenvolvimento tem que estar balanceado com o meio ambiente, pois, o mesmo é fundamental para o ser humano sendo que, tudo que se extrai da natureza serve para o desenvolvimento de diversas atividades humanas.

As grandes concentrações humanas nos centros urbanos trazem vários problemas não só para as pessoas, mas também para o meio ambiente. Torrezani (2015), disse que praticamente tudo que se é consumido produz resíduos ou rejeitos, assim, o lixo urbano se torna um dos grandes problemas contemporâneos, pois os resíduos sólidos apresentam uma ameaça tanto para a sociedade quanto para a natureza. A Educação ambiental é uma das ferramentas utilizadas para a preservação do meio ambiente. A palavra 'preservação' é,

> [...] uma estratégia de ação ambiental, preventista e participativa em nível local, que reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde, bem-estar e sobrevivência, ao mesmo tempo em que define suas responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde. (VARGAS e OLIVEIRA, 2007, p.452).

A preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer à população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispomos (OLIVEIRA, 2002). Em outras palavras, nossas gerações futuras não serão afetadas por nosso comportamento ambientalmente irresponsável e pode desfrutar de tudo o que temos hoje.

Devemos considerar como nos relacionamos com o desenvolvimento contínuo da tecnologia na vida diária. Os humanos são os únicos animais que não se adaptam ao meio ambiente, mas sim às suas atividades diárias. Como prova disso está a globalização provando que a evolução mecânica, eletrônica e social está cada dia mais forte e inserida na cultura mundial (DIAS, et al. 2015).

Segundo Resende em 2000, nos últimos anos, com o aumento da atividade humana em todo o mundo, os impactos ambientais como a poluição, o uso intensivo dos recursos naturais e a destruição da biodiversidade têm aumentado. Quando olhamos ao redor, sempre podemos ver mudanças, mas se pararmos de analisar essas mudanças, perceberemos que muitas vezes o meio ambiente está em perigo.

Para Melazo (2005) o grande desafio hoje em dia é ter a autonomia de organizar as cidades de forma que as trate tanto no meio natural quanto nas suas especificidades com uma abordagem multidimensional e multidisciplinar de maneira em que toas essas desigualdades internas ou externas sejam sanadas.

A solução para essa questão ambiental tem sido considerada cada vez mais importante e um dos aspectos mais relevantes para essa resolução é sem dúvida, a tomada de consciência por parte de todos nós como agentes modificadores do meio ambiente (SILVA; GUERRA, 2003). Com isso em mente, incluir currículos educacionais na carga educacional para formar pessoas que entendam o discurso ambiental e entendam sua importância.

Uma forma de trabalhar essa problemática é desenvolver atividades de Educação Ambiental (EA), como sendo ferramenta imprescindível na formação humanística para mudança de hábitos valorização da natureza e conservação dos recursos naturais (BRASIL,1998).

Além de desenvolver a sensibilidade para o meio ambiente, a educação

ambiental também desenvolve a relação entre o meio ambiente e os cidadãos, tendo como principal função mudar o paradigma e estimular toda a sociedade, devolvendo valores à natureza. Segundo Sparemberguer e Silva (2005) o direito ambiental tem a função de proteger toda a forma de vida em nosso planeta, e assim mostrar para os seres humanos a necessidade de se ter um meio ambiente equilibrado ecologicamente, livre de degradações desnecessárias.

Neste sentido Ely (1998) afirma que todas as questões, como poluição e degradação natural, levaram os humanos a pensar sobre seu comportamento e perceber que precisam de qualidade ambiental para sobreviver, o que é um pré-requisito para seu progresso tecnológico e econômico. Para Camargo (2007) a nova geração com a preocupação no meio ambiente está procurando cada vez mais diminuir os impactos causados em seu dia a dia, comisso se utiliza como ferramenta a percepção e a sensibilização ecológica ambiental.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos componentes indispensáveis é chamado de ciências naturais, e seu papel é preparar os indivíduos para saberem como agir em diferentes ambientes e entenderem seu uso Questões de ética cultural, social e ambiental e dos recursos ambientais.

4 IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

A educação ambiental é questionada porque esse fato precisa ser direcionado a toda a população, principalmente aos deficientes auditivos. Os surdos saberão mais sobre as questões ambientais e terão mais atenção à proteção do meio ambiente, além de disseminar o conhecimento sobre o que aprenderam no dia a dia e repassar as informações para seus familiares e vizinhos.

É notório como,

> A Educação Ambiental é uma das principais ferramentas utilizadas para a sensibilização e conscientização da sociedade em geral, em relação aos impactos ambientais causados e as medidas tomadas como ação para mitigar a mesma; a sustentabilidade apoia-se em 3 pilares principais: ambiental, econômico e social, e só se a tem quando os três estão em equilíbrio social (FOFONKA, 2019).

Segundo Fernandes (2016), o principal eixo de atuação da Educação Ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas.

O artigo 5º da Constituição afirma que todos somos iguais e temos os mesmos direitos e deveres, o que está previsto no artigo 225º, que estipula que toda a sociedade deve estar sempre atenta à formação de valores, atitudes e competências. Prover ações individuais e coletivas visando prevenir, identificar e solucionar problemas ambientais.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015)

Esta diversidade humana é representada principalmente pela origem nacional, sexual, religião, cor, idade, raça, gênero e deficiências. Infelizmente, muitas pessoas ainda são excluídas por serem consideradas diferentes (JESUS, 2005).

> Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sassaki,1997)

Segundo Gomes et al. (2015) o mesmo afimr que a constituição garante que a educação formal e não formal dos cidadãos deve contemplar as diversas potencialidades dos alunos, independentemente das limitações humanas, de forma a favorecer o conhecimento das ciências sociais relacionado com o quotidiano. O desenvolvimento de habilidades sociais e interpessoais. Para transmitir o interesse pelas questões ambientais, é necessário utilizar métodos individuais para atingir esses diferentes potenciais.

Marques e Kelman (2009) afirmam que é necessário estar atento à situação específica, à particularidade do público que age e às necessidades da comunidade que age. Em outras palavras, para falar ao público com deficiência auditiva, as pessoas devem encontrar uma forma de compreenderem na mesma velocidade que o público.

Segundo o Ministério da Saúde (2017), a dificuldade ou a impossibilidade de ouvir de um indivíduo é chamado de surdez, onde pode ser encontrada na sociedade em diversas divisões diferentes, pois, a mesma é classificada em cinco grupos que

varia da mais leve até a perca total.

Vagula e Vedoato (2014) afirmam que surdos-mudos na sociedade romana são considerados aqueles que foram punidos ou enganados por Deus na velhice, o que trouxe muito caos porque levou ao seu abandono e até eliminação social. Os gregos os consideravam ineficazes e condenados à morte, porém, os egípcios e persas os consideravam enviados aos deuses porque acreditavam que tinham uma comunicação secreta com os deuses.

Depois de um tempo, as igrejas que existiam na Idade Média continuaram a ter capacidade educacional e foram uma das principais responsáveis pela discriminação. Elas acreditavam que as pessoas com essa deficiência não eram humanos, porque para se tornar imagem e semelhança de Deus, deve ser perfeito , E logo eles perderam suas almas. Não são aceitos na família ou na sociedade, moram em subúrbios civilizados e são proibidos de usar em jantares, conferências e bailes (HONORA, 2014).

Somente na idade média os deficientes auditivos começaram a serem vistos de outra forma, onde começou a aparecer os primeiros educadores de surdos, após um médico italiano Girolamo Cardamo revelar que seu filho primogênito era surdo e falar que sua incapacidade de escutar não poderia impedi-lo de receber a educação, a leitura e a escrita (VAGULA E VEDOATO, 2014)

A Igreja Católica começou a despertar, teve outra compreensão dos surdos, e focada na grande riqueza, enviou monges para orientar os surdos; Beneditino Pedro Ponce (Beneditino Pedro Ponce) de Léon) foi a primeira pessoa a ser enviada, ele era espanhol e montou o primeiro alfabeto manual com dois surdos-mudos para suprir a carência oral (HONORA, 2014).

Atualmente, o ensino de línguas para deficientes auditivos baseia-se na leitura e na escrita, com o objetivo de colocar a pessoa no âmbito de sua vontade e fazer parte da herança, pois o ensino é para pessoas físicas e famílias qualificadas até 1855. O imperador brasileiro D. Pedro II recebeu um relatório em francês, propondo a criação de um local para ensinar surdos.

Segundo Vagula e Vedoato (2014), o Instituto Nacional de Educação de Surdos começou a funcionar já no segundo ano, que incluía disciplinas como aritmética, português, língua de expressão, história e geografia brasileiras, doutrina cristã e contabilidade empresarial; o ensino durou Durante seis anos, seu fundador, Ernest

Huet insistiu nessa direção até dezembro de 1861, quando foi reconhecido como o fundador da Escola Brasileira de Surdos.

Após a criação do Instituto (INES), diversas escolas especializadas na educação de surdos surgiram em todo o país, como o Instituto São Trecinja para Surdos de São Paulo, Escola Concórdia de Porto Alegre, Vito Escola de surdos de Rea etc.

A chegada de 1864 trouxe novidades para a comunidade surda: o primeiro colégio de surdos foi estabelecido para que eles pudessem continuar seus estudos mantendo sua primeira língua como língua de sinais (ainda hoje em Washington). (Estados Unidos), denominado "Garrod University".

A cidade de Milão também foi palco de um evento que teve um grande impacto na comunidade surda, o Segundo Congresso Mundial de Surdos e Mudos em 1880. Para Baalbaki e Caldas (2011) à época, a comunidade científica da época se baseava na premissa de que os surdos não tinham problemas para falar e concordavam que a língua de sinais para a educação de surdos deveria ser estritamente proibida, devendo ser adotada a verbalização.

Segundo Honora (2014), essa proibição perdurou por cem anos na educação dos surdos, pois eles passavam mais tempo estudando e não conseguiam falar, o que os tornava gente depois de estudar sapateiro e alfaiate, e na época Considerado pela sociedade. Os deficientes mentais continuaram até o início dos anos 1970, quando a linguagem de sinais começou a ser aceita como um método de comunicação holístico.

Desde o início dos anos 2000, o bilinguismo é aceito no país e no exterior. Os surdos são ensinados na língua de sinais como língua materna, e o país é ensinado na forma escrita. O dialeto dos surdos no Brasil é a língua. O Naufrágio Brasileiro (LIBRAS), oficialmente reconhecido pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, tornou-se, portanto, a primeira língua (L1) da comunidade surda brasileira, enquanto o português é a segunda língua (L2).

> A língua é um fenômeno social. Ela só se realiza ligada a histórica e culturalmente uma comunidade de usuários. Não existe Língua se não existissem os sujeitos da língua. Isso significa que aprender a língua é mergulhar no espaço em que ela vive. (BAGIO E NOVA, 2006)

Para Vagula e Vedoato (2014), a linguagem existe em todos os seres vivos, é a base da comunicação com os outros e é necessária para atividades mentais como raciocinar e formar conceitos e proporcionar a capacidade de usar o próprio pensamento para resolver problemas. Bagio e Nova (2006) afirmam que o termo linguagem geralmente pode ser entendido como expressando comunicação ou

expressão de qualquer forma, seja em humanos, artificial ou naturalmente. Segundo Dício, habilidades humanas são emoções e pensamentos que podem ser expressos em palavras quando necessário.

Segundo Dício, a língua é um conjunto de elementos que constituem a língua falada ou escrita (também chamada de língua) de uma comunidade. Para Bagio e Casa Nova, existe uma diferença entre linguagem e linguagem, pois linguagem é a capacidade de se expressar, e linguagem é a realização da expressão de um grupo de pessoas de um determinado local. Portanto, não se confundirá com linguagem porque é apenas uma parte da linguagem. A linguagem é apenas uma ferramenta para expressão e desenvolvimento da linguagem em um ambiente social (Vagula e Vedoato, 2014).

5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SURDO

Para Pereira e Melo (2015), a educação ambiental é um tema que deve ser abordado nos espaços escolares e não escolares. Porém, a disciplina para tais surdos ainda é um desafio a ser superado pelos acadêmicos no ambiente escolar, pois tais ouvintes precisam de métodos visuais espaciais diferenciados.

Segundo Luz (2020), a cultura surda considera a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) sua língua materna, o que significa que, para os surdos, a LIBRAS é considerada a "primeira" língua e o português a segunda língua. Porém, em muitos casos, os surdos não dominarão a LIBRAS (embora a lei garanta que eles serão treinados em LIBRAS para atendimento nas escolas).

Essa realidade acaba por prejudicar o ensino e a aprendizagem desses alunos. Além disso, assuntos que tratam de temas ambientais não podem ser traduzidos para LIBRAS na maioria dos casos. “Sabe-se que a necessidade de terminologias específicas para área de ciências biológicas é um problema enfrentado diariamente pelos surdos, como também pelos profissionais que os acompanham.” (SOUZA, 2016, p. 83). Essa falta de sinais físicos prejudicou o processo de compreensão do aluno surdo-mudo e, portanto, também prejudicou sua visão crítica, ou seja, sua intervenção no ambiente de moradia.

Portanto, o desenvolvimento da educação de surdos precisa superar três diferentes desafios: os surdos que não entendem LIBRAS, a falta de professores que se capacitem para trabalhar com esses alunos e a dificuldade de ensinar conceitos

ambientais em LIBRAS, pois na maioria das vezes não há tradução. Portanto, nos capítulos discutidos, serão discutidas sugestões de educação ambiental em alunos surdos e em ambientes escolares.

A educação ambiental voltada para a escuta dos alunos deve levar em consideração a faixa etária dos alunos, como os alunos percebem a própria realidade e a compreensão do seu meio. Para Pereira e Melo (2015), as atividades para alunos surdos devem seguir as mesmas diretrizes, mas em termos de materiais e métodos que considerem a cultura surda, suas necessidades e especificidades.

Segundo Souza (2016), percebemos e interagimos com o meio ambiente por meio de nossos sentidos, visão, audição, olfato, paladar e tato. Portanto, como disse o autor, quando somos privados de um sentido, os outros sentidos se tornam mais "aguçados". Portanto, os surdos têm mais outros sentidos para perceber o ambiente.

De acordo com Souza (2016), Os temas ambientais estão diretamente relacionados aos aspectos econômicos, políticos e culturais, por isso precisam ser discutidos amplamente por toda a sociedade, incluindo os surdos. Souza (2016) enfatizou que os educadores precisam dominar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para que os alunos surdos possam ser incluídos nas discussões ambientais preconizadas nas escolas.

Portanto, Souza (2016) apontou que as aulas de campo estão relacionadas almente a explorar a teoria e a prática e auxiliar os surdos na compreensão do processo. Pereira e Melo (2015) apontaram algumas questões que precisam ser consideradas na realização da educação ambiental para surdos em ambiente escolar.

Para o autor, faltam materiais que tratem dos problemas ambientais dos surdos. Em primeiro lugar, Pereira e Melo (Pereira e Melo, 2018) enfatizaram a necessidade do diagnóstico situacional no caminho da educação ambiental para surdos. A partir desse diagnóstico, deve-se formular um plano político pedagógico em educação ambiental.

O PPP é um plano que deve incluir métodos diferenciados e adaptativos, e buscar uma mudança de atitude dos alunos. Ele percebeu que proteger o meio ambiente é uma ação que toda a sociedade deve realizar. “É no PPP que devem estar descritas todas as intenções, valores, diagnósticos, justificativas, objetivos, metodologias e resultados esperados pelo grupo, bem como as estratégias de avaliação da eficácia das ações.” (PEREIRA E MELO, 2015, p. 91).

O outro ponto mencionado é a formação de professores, que pode ser

complementada por meio de leitura de textos, discussão de grupos, dinâmicas, apresentações de trabalhos, palestras e outras atividades. Pode ser necessária a presença de um Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), facilitador que ensina educadores a trabalhar com surdos.

Para Pereira e Melo (2015), os professores precisam ser capacitados para participar do trabalho dos surdos e realizar educação ambiental, pois muitas vezes esses profissionais têm interesse em oferecer educação de qualidade aos surdos e não estão qualificados para atender o público.

Além disso, os materiais (brochuras, filmes, brochuras e livros) devem ser preparados em LIBRAS, língua nativa dos surdos. Segundo o autor, existem muitos materiais, mas apenas os materiais em português são mais orientados para o público. Como todos sabemos, considerando a cultura, a percepção e a própria linguagem dos surdos-mudos, trabalhar com eles aumentará as chances de melhores resultados.

Portanto, Pereira e Melo (2015) também ressaltam a necessidade de integrar todas as disciplinas que os alunos surdos ou ouvintes cooperem com a educação ambiental, pois as questões ambientais não devem ser apenas objeto de pesquisas no campo das ciências biológicas, mas também precisam ser discutidas em detalhes. Abrange todos os cursos e campos.

Portanto, a educação ambiental é uma disciplina que requer planejamento e reflexão sobre a singularidade do aluno surdo, pois é um processo que envolve não só a transferência de conhecimentos e conceitos, mas envolve também a capacitação do surdo para o compartilhamento de atividades de preservação que garantam essa participação no meio ambiente. O público do debate é uma espécie de comportamento social, garantia de direito à educação de qualidade, informação e mudança de atitudes frente ao desafio de nortear a vida social.

Para trabalhar com alunos surdos, os educadores devem explorar a visão, as imagens, os espaços temáticos, os sentidos e os seminários temáticos destinados a promover a compreensão do aluno. Pereira e Melo (2015) apontam que as excursões também podem ser utilizadas em um ambiente onde são discutidos temas de trabalho em sala de aula, pois quando surdos-mudos entram em contato com participantes visuais locais, ele se sente mais motivado para aprender e promover sua compreensão.

Nesse sentido, Hoher (2011) também destacou a importância das trilhas ecológicas para alunos surdos na educação ambiental. Por meio dessas trilhas, os alunos podem conectar mais facilmente as informações veiculadas em sala de aula

com o ambiente real, pois sua criatividade e curiosidade aumentam muito com o contato com o espaço natural visualizado.

Hoher (2011) afirma que as trilhas ecológicas são benéficas para a comunidade surda compreender o conteúdo da educação ambiental, pois ampliam sua vivência com o meio ambiente, e além de promover intervenções práticas, também levantam questões sobre os locais que visitam. Nesse sentido, “Essas trilhas podem transformar o ambiente natural em verdadeiras salas de aula e laboratórios vivos, e constituem valiosas ferramentas educacionais ao nosso alcance”. (HOHER, 2011, p. 16).

Entretanto, Hoher (2011) aponta que as trilhas ecológicas não substituem as aulas teóricas em sala de aula, visto que nas mesmas os alunos com surdez já devem aprender os conceitos necessários sobre o assunto que será trabalhado na trilha.

Além disso, é necessário escolher um local adequado e seguro para a trilha ecológica, ministrar palestras sobre o tema da palestra e a finalidade da trilha com os alunos e discutir as medidas de segurança. Essa é uma dica das medidas de segurança que todos devem seguir.

Ao longo do curso, os educadores devem explicar os espaços naturais, estimular as discussões em grupo, fazer perguntas para preservar e / ou melhorar os locais visitados e dar suporte sempre que os surdos expressarem suas ideias, se comunicarem com os colegas e se manterem ativos. Agora é a hora de os surdos-mudos redescobrirem a natureza por meio da percepção visual e do tato.

Segundo Hoher (2011), se faz necessário que tal aula prática de Educação Ambiental realizada por meio de trilha ecológica seja avaliada ou por meio de participação em grupo, elaboração de relatórios e até mesmo projetos de intervenção, a depender do que foi encontrado ou o objetivo da aula. Uma opção de avaliação apontada por Hoher (2011) para ser realizada com alunos com surdez refere-se a solicitar que desenhe tudo aquilo que lhe despertou maior interesse.

Considerando a importância da comunicação visual, Oliveira *et al.* (2020) afirma que por algum tempo foi vista com um modo de passa tempo, porém, atualmente é vista como um recurso que reforça a aprendizagem e produz conhecimento. A comunicação visual envolve pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, computação, cinema, fotografia, televisão e vídeo.

> “Nesse sentido a comunicação visual na escola, leva o Surdo a criar a sua própria identidade visual como também a descobrir e interagir no seu universo, trazendo assim benefícios e promovendo a conscientização do

> aluno, enriquecendo seu vocábulo visual e gráfico, dando expressão à imaginação criadora e ao saber.” (OLIVEIRA, 2020, p. 16)

Neste ambiente, Mariane (2017), propõe a criação de vídeo aulas explicativas com janelas em Libras e em Língua Portuguesa como mais um modo de trabalhar Educação Ambiental, especificamente a sustentabilidade, com os alunos surdos. A proposta de Mariane (2017) é voltada para que os próprios alunos, surdos e ouvintes, elaborem o vídeo aulas a partir de temáticas previamente escolhidas e posteriormente, apresente uns para os outros e também divulgue nas redes sociais.

De acordo com Mariane (2017), uma sugestão que pode ser desenvolvida juntamente com os alunos surdos e não surdos que se trabalhe a reciclagem, direcionando a produção de brinquedos com materiais reciclados. O aluno surdo mostrando o passo a passo de elaboração do brinquedo e com legenda em Língua Portuguesa e em seguida divulgar no *Facebook, Blog, You Tube*[1].

Segundo a autora, trabalhar a temática ambiental por meio das vídeo aulas aproxima alunos surdos e não surdos, explorar a criatividade e possibilitar que outras pessoas fora da comunidade escolar conheçam a comunidade surda. Os surdos tem explorados consideravelmente os canais do YouTube para divulgar ações realizadas para o público surdo. Para Mariane (2017) todo recurso que facilite ao surdo a compreensão dos assuntos e promova a interação deles com as demais pessoas devem ser amplamente exploradas e incentivadas, para que a inclusão de tal público ocorra e mais do que isso, que eles verdadeiramente aprendam e possam dialogar, a seu modo, com os demais integrantes da sociedade, serem participativos nas discussões ambientais, entender como ele próprio promove impacto no ambiente, como pode contribuir para mudar tal realidade.

Araújo (2011) aponta como proposta que pode ser trabalhada juntamente com os surdos o uso da Cartografia, porém, sem explorar todos os elementos que a envolve (projeções, escalas, coordenadas e relações matemáticas), mais sim explorar a linguagem que a cartografia trás e promover a leitura do espaço em que se vive. Conhecendo o espaço em que vive o surdo consegue compreender e intervir no espaço em que vive.

> “Desta maneira, a Cartografia possibilita ao aluno entender a maneira pela

[1] Facebook (rede social criada em 2004 que objetiva promove comunicação entre as pessoas, Youtube (depósito de vídeos na internet) e Blog (página na internet, na qual se pode colocar textos informativos e imagens). Fonte: MARIANE, 2017.

> qual está inserido no espaço, que pode ser local, regional e global. Através dos mapas, saberá distinguir os diferentes e distantes locais, dando-lhe a possibilidade de uma visão mais crítica da realidade da qual pertence." (ARAÚJO; FREITAS, 2011, p. 3).

Portanto, a cartografia permite trabalhar mapas das cidades onde os indivíduos vivem e mapear sua jornada de casa para a escola. Para Araújo (2011), essa abordagem é ensurdecedora, pois eles fazem ouvidos moucos para entender o espaço em que vivem, percebem como vivenciam esse espaço e se expressam por meio da produção e exibição elaboradas e do desenho de desenhos.

De acordo com a pesquisa de Araújo (2011), para discutir o tema urbanização e impacto ambiental com os surdos, pode-se utilizar o quebra-cabeça do recurso didático (construindo uma cidade em crescimento e ambiente em mudança) .O jogo é intuitivo e pode ser Discuta alternativas para reduzir ou evitar o impacto dessa urbanização. Depois de concluir a montagem do quebra-cabeça, os alunos realizarão atividades de comparação antes e depois do desenvolvimento da cidade.

Como todos sabemos, para trabalhar adequadamente com o ambiente surdo a educação deve-se utilizar a comunicação visual e o contato real com o ambiente, pois só assim se aprenderá corretamente, pois a visão e o tato são, portanto, os educadores devem explorar mais "aguçados" Para que os alunos possam aprender.

Portanto, a escola desempenha um papel fundamental na disseminação de informações e conhecimentos relacionados ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que forma jovens com pensamento crítico e consciente, levando para casa os conhecimentos que aprenderam e por perto, proponha ideias e soluções que ajudem no desenvolvimento. Sustentabilidade e redução de danos ao meio ambiente.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi elaborada através de revisão bibliográfica sobre o referido tema, fazendo uma análise das ações de inclusão das pessoas com deficiencia auditiva relacionado as questões ambientais, no Instituto Federal Campus Conceição do Araguaia. A pesquisa teve como caráter Bibliográfica. Observa-se que a revisão bibliográfica, ou revisão da literatura, é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (TRENTINI; PAIM, 1999).

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

Foi feito também um levantamento documental, mas específico sobre esse atendimento dos Portadores de Necessidades Especiais sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com a finalidade de propor um estudo voltado a inclusão de pessoas surdas no ensino de Educação ambiental e elaborar diversas políticas públicas de inclusão social em relação a Inclusão Social voltada a educação ambiental como um todo.

7 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PPC.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPA Campus Conceição do Araguaia é regulamento pelas seguintes normas legais: O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2016); Resolução CNE/CP n.º 3/18/12/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia; Parecer CNE/CP n.º 29 de 3/12/2002 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e o Parecer CNE/CES nº 436/2/04/2001 que trata das Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.

Em atendimento ao disposto na LDB 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Capítulo V, o qual se refere a Educação Especial, nos seguintes termos:

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, Art.58)

Considerando ainda que no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais, dispõe da figura do NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, onde o NAPNE, surge através do Programa TECNEP (Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) e está ligado à SETEC/MEC, sendo um programa que visa a inserção e o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário.

Diante desses pressupostos e prevendo esse atendimento especializado, o Campus Conceição do Araguaia, dentro de suas limitações estruturais, dispõe de acessibilidade que permite a circulação dos portadores de necessidades especiais a diferentes ambientes acadêmicos, seja através de elevadores específicos ou rampas com dimensões apropriadas aos cadeirantes e tem como proposta a viabilização do piso tátil para locomoção dos deficientes visuais que poderão ingressar na instituição.

A acessibilidade também é disponibilizada nos banheiros para que as funções orgânicas e de higiene pessoal possam ser efetuadas adequadamente, assegurando privacidade e mobilidade no uso desse ambiente. O acervo bibliográfico também disponibiliza de algumas obras adaptadas para a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFPA Campus Conceição do Araguaia, criado através de portaria é um setor propositivo e consultivo que presta assessoramento em relação a educação inclusiva na Instituição aos alunos portadores de alguma deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e outros transtornos de aprendizagem que necessitam do apoio e intervenção em função das necessidades educacionais específicas. Com base no PPC do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, o NAPNE possui as seguintes finalidades:

I - incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;

II - contemplar e implementar as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva;

III - incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão profissional para pessoas com necessidades educacionais específicas;

IV - participar do Ensino, Pesquisa e Extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social;

V - promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos Campus, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

VI - promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade;

VII - integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de coresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;

VIII - garantir a prática democrática e a inclusão como diretriz do Campus;

IX - buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição;

X - promover capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas;

XI – Contribuir para a implementação das políticas de inclusão no Campus através de projetos, assessorias e ações educacionais, na região de abrangência do Campus;

XII - Contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;

XIII - Estimular a cultura da inclusão na comunidade acadêmica, de modo que o aluno, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida;

XIV - Promover a educação para o exercício da cidadania, a convivência, a aceitação da diferença, quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;

XV – Em conjunto com a assessoria pedagógica e o corpo docente, elaborar programa de atendimento aos estudantes com necessidades específicas do Campus, bem como auxiliar os professores a adequarem as suas aulas conforme o programa definido.

Neste contexto, reforça-se que para possibilitar o atendimento aos alunos com necessidades específicas (como pessoas com espectro autista, deficientes visuais, auditivos, mentais, entre outros) o IFPA Campus Conceição do Araguaia através do NAPNE, dispõe de uma equipe de servidores composto por técnicos e docentes que atuam de forma multidisciplinar articulada para o atendimento, apoio e integração dos estudantes nas diversas modalidades de ensino ofertadas.

Esta equipe dentre outras, tem como responsabilidade organizar espaços de acolhimento especializado com acessibilidade, promover discussões com temáticas voltadas para o reconhecimento do direito de acesso e permanência de alunos com necessidades específicas, elaborar e efetivar projetos de capacitação na área da Inclusão escolar para a comunidade acadêmica interna e externa ao Campus isto é, garantir a permanência dos estudantes com necessidades educacionais específicas que ingressaram na Instituição via processo seletivo.

O PPC 2016 do curso de Gestão Ambiental de Conceição do Araguaia, também inclui em seu capítulo 16 nas páginas 105 a 108, as políticas de inclusão, em concordância com as políticas do PPP, 2016 do campus, e para isto conta com a atuação do NAPNE e da Assessoria pedagógica e psicossocial, para promoção de ações e metas de inclusão.

8 PROPOSTA DE AÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL VOLTADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entre as divergentes propostas de inclusão analisadas, a formação desses profissionais é de extrema importancia do que diz respeito as temáticas ambientais (Educação Ambiental), observa-se que para Francalanza (2008),

> No processo de formação dos educadores para trabalhos educativos relacionados com a temática ambiental, o Ministério da Educação, as secretarias estaduais de educação e as universidades devem ser, sem dúvida alguma, as instituições que garantam a elaboração e a implementação de políticas e o cumprimento das responsabilidades por parte do Estado nessa área (FRANCALANZA, 2008).

No entanto, é interessante observarmos hoje, nos diferentes setores sociais, uma forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos.

Verificamos que os campus têm formulado políticas e metas para promover a integração de alunos com deficiencia auditiva, mas as ações para implementar essa política costumam depender de recursos financeiros. No período de crise atual, os recursos são cortados, e a atuação das instituições educacionais é difícil e, portanto, pode afetar as ações das políticas de educação inclusiva. Os resultados apontaram para a necessidade de uma formação continuada em serviço desses professores para a efetivação com qualidade da educação inclusiva.

Essa situação de carência no oferecimento de disciplinas e conteúdos vem ocorrendo apesar da exigência de um dispositivo legal pelo § 2º do artigo 24 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Há, ainda, a Portaria Nº 1793/94, que recomenda a inclusão da disciplina *Aspectos ético-político-educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais* prioritariamente em todos os cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo.

De mogo geral, é preciso apoio por parte do governo federal para esta implantando essas metodologias de ensino nas redes seja ela estadua e/ou federal, para assimilar e incluir esses alunos a realidade atual, com aplicação de métodos voltada a temática da educação ambiental dentre outros que venha a ser desenvolvidos em sala de aula.

9 CONCLUSÃO

Esse trabalho nos mostrou a grande importancia de se trabalhar a inclusão social no meio educacional, economico e ambiental, no entanto durante a escrita da mesma surgiu uma situação inclusiva no qual ficou centralizada no meio cultura, educaciona dentro outros setores sociais, tendo em vista a diversidade das condições humanas, esta situação inclusiva se estabelece nas relações interpessoais, sociais e políticas quotidianas e tende a reduzir a discriminação e o preconceito. Quando se toca no assunto da inclusão os profissionais da área ambiental são obrigados a se qualificar para receber essa demanda em sua esfera profissional, porém os fatores contextuais de natureza pessoal e ambiental podem tanto favorecer como criar e reforçar condições desfavoráveis para pessoas com determinada dificuldade em se adequar a essas exigencias hoje no mercado de trabalho.

Podemos, portanto, concluir que para trabalhar com essas pessoas com necessidades educacionais especiais é necessário discutir e desenvolver propostas levando em conta a especificidade de cada um, foi um dos objetivos da pesquisa que buscou correlacionar a educação ambiental. É preciso trabalhar com essas pessoas a inclusão social pautada na deficiência auditiva, com base na criação de uma metodologia que valoriza o diálogo com o grupo, principalmente no que se refere à linguagem visual, buscando dar voz àqueles que muitas vezes se sentem excluídos da sociedade. Pode-se concluir da pesquisa discutida que ao combinar elementos visuais, de comunicação e face a face, neste caso saindo de campo, obteremos um retorno na aprendizagem, muito mais importante para essas pessoas com deficiência auditiva, levando a nos tornarmos agentes participativo e transformador de sua realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

A **Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

ARAÚJO, Tiago Salge; FREITAS, Maria Isabel Castreghini de. A cartografia nos estudos do meio ambiental: por uma prática bilíngue visando a inclusão dos alunos surdos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v.15, nº 3, set/dez, 2011.

BRANCO, Samuel Murgel. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p.01-9, jan. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141995000100014&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL – Secretaria de Educação Fundamental. Parâmentros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde – Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (1999). Lei nº 9795, de 27 de Abril de 1999. **Politica Nacional de Educação Ambiental.** Brasilia, 27 abr. 1999. Disponivel em: http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795. Acessado em: 01 de fev. De 2020.

BRASIL. Constituição (1999). **Politica Nacional de Meio Ambiente nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. . Brasilia, DF.

BRASIL. Constituição (2015). **Estatuto da Pessoa Com Deficiencia nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. . Brasilia, DF.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curricular nacionais: Ciências Naturais – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MECA/SEF, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n° 306/2004**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces30604.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em outubro de 2020.

DIAS A. G., Diniz A. C., Antonio. L. S., Matos R. F., Braga D. L. C., Magossi A., **Riscos Ocupacionais em Atividade de Coleta de Residuos Sólidos**. E&S - Engineering and Science, (2015), 1:3.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e Gestão Ambiental.** São Paulo: Gaia Ltda, 2006. 118 p.

Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica). Centro Universitário Norte do Espírito Santo, São Mateus, 2019.

FERNANDES, Jean Volnei. INCLUSÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS DO 6ºAO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São

FOFONKA, Luciana. Revista EA. **INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL.** Disponivel em: <http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2052> Acesso em: 07/09/2019.

FORRECHI, Cinthia Ronconi. **Práticas Ambientais:** um diálogo entre saberes.

FRACALANZA, Hilário et al. A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em foco**, v. 1, n. 1, 2008.

GOMES, Eduardo Andrade et al. ARTICULAÇÃO DO CONHECIMENTO EM MUSEUS DE CIÊNCIAS NA BUSCA POR INCLUIR ESTUDANTES SURDOS: ANALISANDO AS POSSIBILIDADES PARA SE CONTEMPLAR A DIVERSIDADE EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO. **Experiências em Ensino de Ciências**, Viçosa Mg, v. 1, n. 10, p.81-97, out. 2015. Acesso em: https://www.infoescola.com/meio-ambiente/conferencia-de-estocolmo/>. Acesso em 27 jan 2020.

HOHER, Paula Boos. **Percepções de alunos surdos em trilha ecológica com uso dos diferentes sentidos:** uma abordagem na Educação Ambiental. Monografia (Especialização em Educação Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Maria - RS, 2011.

LUZ, Lília Ferreira de (*et al*.). **A Língua de Sinais na Educação Ambiental: a efetivação dessa modalidade educacional por meio de códigos linguísticos sinalizados.** Disponível em: www.editorarealize.com.br. Acesso em: 18 de março de 2020.

MARIANI, Ruth (*et al*.). **Caderno de Investigação em Diversidade e Inclusão**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilas**, Uberlândia, v. 6, n. 6, p. 45-51, 28 fev. 2005. Anual.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Sociedade.** 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 165 p.

MORAES, Paula Louredo. "Rio+20"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/biologia/rio-20.htm. Acesso em 26 de Janeiro de 2020.

Paulo, v. 11, n. 2, p.373-384, jul. 2016. Disponível em: <http://revbea.emnuvens.com.br/revbea/article/view/4942/3156>. Acesso em: 07 set. 2019.

PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues. Educação Ambiental para surdos na Educação Básica. **Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, v. 30, nº 2, p. 06-26, 2015.

PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues; MELO, Juliana Valéria. Discussão sobre técnica e Materiais utilizados na Educação Ambiental e sua aplicabilidade no trabalho junto aos surdos. **RevBea**, v. 10, nº 3, p. 85-96, 2015.

PEREIRA, Suellen Silva; CURI, Rosires Catão. MEIO AMBIENTE, IMPACTO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL. **Reunir-revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 4, p. 35-57, 28 dez. 2012.

Roberto Resende. 2000. Livreto código florestal. **sustentabilidade: a adequação e legislação ambiental no meio rural**. 1 edição. São Paulo sp 2013.

SANTOS, Genivaldo Oliveira Filho (*et al*.). **A Comunicação Visual na Educação do Surdo.** Disponível em: https://openrit.grupotiradentes.com/. Acesso em: 18 de março de 2020.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p

SILVA, Y. S.; GUERRA, R. A. T. **A concepção de meio ambiente e educação ambiental dos estudantes de geografia da UFPB**. In: X SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FISICA APLICADA,2003. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ,2003.

SOUZA, Niáscara Valesca do Nascimento. **O Rio Mossoró e a Educação Ambiental na percepção de estudantes surdos**. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, 2016.

SPAREMBERGUER, Raquel Fabiana Lopes; SILVA, Danielle Aita da. A Relacao Homem, Meio Ambiente, Desenvolvimento eo Papel do Direito Ambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 81-99, jul. 2005.

TORREZANI, Nelissa Camargo. Avaliação da presença de chumbo (Pb) em espécies de peixes associada à qualidade ambiental da Bacia do Ribeirão Cambé (Londrina/PR). 2015. 57 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.

TRENTINI, M.; PAIM, L. Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VARGAS, L. A.; OLIVEIRA, T; F. V. de. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n.3, p.451-456, 2007. Disponível em:http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010

4-35522007000300021&lng=pt&nrm=isso Acesso em: 03 mar.

VIVEROS, Phoema de Jesús González. **Diagnóstico y Gestión Ambiental.** 2012. 56 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ingeniería Química, Universidad Veracruzana, Xalapa, 2012.